

Requião denuncia trama contra CPI dos Precatórios

Ao revelar contrato entre banco e empresa de comunicação, senador recebe solidariedade do plenário. ACM anuncia envio de notícia-crime à Procuradoria Geral da República

Foto: Márcio Kallane



Sob a presidência de Cabral, a CPI ouve o ex-secretário de Alagoas, José Pereira (ao microfone)

O relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião, denunciou ontem um contrato entre o Banco Votorantim e a empresa de comunicação ADS, de São Paulo, com o objetivo de tentar desacreditar os trabalhos da comissão. A revelação provocou a solidariedade de vários senadores ao relator da CPI e a decisão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de enviar notícia-crime sobre o contrato à Procuradoria Geral da República. Ontem à noite, sob a presidência do senador Bernardo Cabral, a CPI ouviu o ex-secretário da Fazenda de Alagoas, José Pereira de Sousa.

Páginas 3 e 4

Novas regras para as MPs são votadas hoje

O plenário do Senado deve votar hoje, em primeiro turno, o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda constitucional que estabelece novas regras para edição de medidas provisórias.

O ponto principal da proposição, segundo o relator, é o que estende o prazo de vigência da MP para 60 dias, determinando que, se a matéria não for examinada nesse período, será colocada, em regime de urgência, na ordem do dia do Senado ou da Câmara dos Deputados, conforme critério de alternância simples.

Para o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), o substituti-

vo "talvez não seja o ideal, mas pelo menos disciplina a matéria e impõe limites ao atual poder legiferante do Executivo, que é muito grande". Jefferson acredita que o texto deverá ser emendado em plenário, já que, conforme disse, mereceu reparos de alguns senadores, entre os quais Josaphat Marinho (PFL-BA), especialista em direito constitucional.

De acordo com a Subsecretaria de Análise do Senado, das 1.800 MPs editadas ou reeditadas entre 1988 e 1996, apenas 291 foram convertidas em lei, e, atualmente, mais de 60 medidas provisórias tramitam no Congresso Nacional.



Sarney e Serra dirigem comissões

Os senadores José Sarney e José Serra foram eleitos ontem para presidir, respectivamente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a de Assuntos Econômicos. Logo após sua escolha (foto), José Serra marcou reunião para hoje, quando a CAE deverá votar pedidos de rolagem das dívidas dos estados de São Paulo e Sergipe. Pág. 5

Veto a compra feita pela Vale volta à CCJ

Por iniciativa das lideranças do PFL e PMDB, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai rever projeto de decreto legislativo que anula aquisição da Urucum

O plenário decidiu ontem encaminhar para nova análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de decreto legislativo que anula a compra da Urucum Mineração pela Vale do Rio Doce. O negócio foi realizado no segundo semestre de 1994 e as ações da Urucum foram vendidas pelos governos dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e pela Construtora Alcindo Vieira.

O pedido de nova audiência

na CCJ foi apresentado pelas lideranças do PFL e PMDB. Jefferson Peres (PSDB-AM) informou ao plenário ter recebido informação do governador Dante de Oliveira, de Mato Grosso, de que o Banco Votorantim foi intermediário na operação de compra das ações da Urucum. O Banco Votorantim, liquidado pelo Banco Central recentemente, é apontado pela CPI dos Precatórios como beneficiário do esquema irregular de venda de papéis dos estados.

- Esse negócio começa a cheirar muito mal. Não seria bom que a CPI dos títulos públicos investigasse essa negociação, já que o Banco Votorantim participou da operação? - questionou Jefferson Peres.

Ramez Tebet (PMDB-MS) protestou contra o adiamento da votação. Para ele, o Senado deveria "fulminar" logo esse caso. O senador lembrou que o TCU apontou inconstitucionalidade na compra da Urucum, empresa criada em 1976 para explorar manganês

em Mato Grosso. O tribunal constatou inconstitucionalidade na negociação porque a Vale não pediu autorização do Senado. No final, o requerimento para que o assunto volte à CCJ foi aprovado por 40 votos contra 21 e uma abstenção. Os senadores concordaram também com requerimento de lideranças para que a CCJ analise projeto de decreto legislativo que susta os efeitos de uma nota do Ministério da Infra-Estrutura que retirou dos garimpeiros a área de Serra Pelada.

Congresso faz sessão solene para Chirac

O presidente da França, Jacques Chirac, será homenageado hoje em sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se às 10h45, sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães.

Estão inscritos como oradores da sessão solene o senador José Agripino (PFL-RN) e o deputado Adilson Mota.

Arquivado projeto que descrimina invasão

Depois de longo debate, o plenário concordou ontem com requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC) para arquivar projeto de sua autoria que descrimina invasão de fazenda improdutiva "sem violência à pessoa ou grave ameaça". Marina anunciou que apresentará nova proposta incorporando sugestões dos senadores.

Para José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), se aprovado, o projeto provocaria "uma situ-

ação caótica nos Códigos Penal e Civil", porque invasão de imóvel urbano continuaria sendo crime.

Ramez Tebet (PMDB-MS) ponderou que o projeto poderia levar a uma onda de invasões porque os próprios sem-terra poderiam decidir que fazendas são ou não produtivas. Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, afirmou que o projeto apresenta defeito técnico, enquanto Emandes Amorim (PPB-RO) disse que a proposta abriria caminho

para o vandalismo no país.

O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), lembrou que Bernardo Cabral (PFL-AM), relator do projeto na CCJ, não viu nele qualquer inconstitucionalidade. Marina Silva apresentou requerimento para adiar a votação, mas o plenário não concordou. Outro requerimento, de José Eduardo Dutra, para que a matéria voltasse à CCJ, também foi recusado. Ao final, Marina pediu a retirada do projeto.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h45 - Preside sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao presidente da França, Jacques Chirac

13h - Participa de almoço em homenagem ao presidente da França. *Palácio do Itamaraty*

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

10h45 - Sessão Solene do Congresso Nacional

Pauta: Homenagem ao presidente da França, Jacques Chirac.

Oradores: Senador José Agripino e deputado Adilson Mota. *Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados*

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: Votação em primeiro turno das PECs nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95 (tramitam em conjunto), que tratam da criação de medidas provisórias.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 35/96, que regula a disciplina partidária; *PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; *PEC nº 7/96, que determina que terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interferiram nas relações federativas; *PEC nº 52/95, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 35/95, que estabelece adaptações na organização do Ministério Público; *PEC nº 34/96, atribuindo competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria de

Direito Penal e Processual Penal; *PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; *PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; **Materias terminativas:** *PLS nº 84/95, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); e *PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste

Pauta: Exposição do ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, sobre a atuação do ministério na região Nordeste. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Leitura do parecer sobre as contas do presidente da República referente ao ano de 91. *Plenário 2 da Câmara dos Deputados*

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimentos dos diretores da Negocial, Fábio Pazzanese Filho e José Luiz da Cunha Priolli; dos diretores do Banco Votorantim, Fábio Barreto Nahoum e Ronaldo Ganon; e inquirição e acareação entre o ex-coordenador da Dívida Pública do estado de São Paulo, Wagner Baptista Ramos e diretores do Banco Votorantim; diretor da Perfil, Luiz Calabria; diretores da Divisa, Roberto Sampaio Correa e Marcus Vinicius Guimarães; diretor da Negocial; e gerente do Banco Mercantil do Brasil, cujo nome não foi divulgado. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

17h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Deliberação sobre as audiências nos estados e definição dos próximos depoentes. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

18h - Comissão Especial da Reforma Política-Partidária

Pauta: Continuação da discussão e votação do Relatório Final da comissão. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

CPI DOS PRECATÓRIOS

Comissão proíbe dono de corretora de deixar o país

Senadores tomaram decisão depois que Fausto Solano Pereira ofereceu resposta considerada insatisfatória sobre como um cheque de R\$ 9,7 milhões foi parar em sua conta bancária

A requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR), a CPI dos Precatórios decidiu ontem que o empresário Fausto Solano Pereira, dono da corretora Boa Safra, está impedido de sair do Brasil, salvo se comunicar isso à Polícia Federal, a qual consultará a comissão sobre o propósito do empresário. A decisão foi tomada ao final de depoimento em que o empresário esquivou-se de explicar aos senadores como um cheque de R\$ 9,7 milhões da corretora IBF Factoring foi parar em sua conta bancária.

Na mesma reunião, também a requerimento de Requião, que é o relator da CPI, foi decidida a quebra do sigilo telefônico do empresário, ficando essa diligência sob a incumbência dos senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Casildo Maldaner (PMDB-SC). E, a requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a CPI decidiu que o Banco Central, com o auxílio da Polícia Federal, conduzirá uma ação fiscalizadora na corretora Boa Safra. Na opinião do senador José Serra (PSDB-SP), o depoimento de Fausto Pereira configurou um negócio de doleiros, devendo a Polícia Federal ouvir *office-boys* e recepcionistas por cujas mãos passaram os cheques.

Desde o início do depoimento, o empresário sustentou não ter ligações com os principais envolvidos na negociação irregular de títulos públicos. "A título de que o senhor recebeu R\$ 9,7 mi-



Fausto Solano Pereira (à direita) teve seu sigilo telefônico quebrado por decisão da CPI

lhões da IBF?", indagou Requião. Fausto Pereira respondeu que pedira a uma de suas empresas, situada em

Caimã, que lhe enviasse R\$ 1,8 milhão. Como esse dinheiro demoraria a chegar, seu advogado disse que ele

receberia o valor no bojo de um cheque de uma empresa de *factoring*, o qual lhe seria entregue no Brasil.

O empresário contou ter então recebido o cheque de R\$ 9,7 milhões de um homem chamado René, cujo sobrenome ele desconhece. O acordo feito com esse homem previa que o depoente ficaria com R\$ 1,8 bilhão do total, emitindo o restante do dinheiro em 54 cheques nominiais, cujos nomes lhe foram passados por René, via *office-boy*. "A moeda corrente do mercado financeiro é a confiança", disse o empresário para justificar seus negócios.

- Essa é uma confiança típica da contravenção, própria de banqueiros e cambistas. Essa é a confiança sólida que os bicheiros usam. E isso quer dizer então que o senhor é um homem ingênuo? - questionou Requião.

Cheque coincide com valor de lucro da IBF Factoring

Ao longo do interrogatório de Fausto Solano Pereira, o senador Esperidião Amin disse que, na emissão de letras pelo governo de Santa Catarina, o lucro da empresa IBF Factoring situou-se aproximadamente no valor do cheque que chegou às mãos do dono da corretora Boa Safra. Para o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), "esse cheque de R\$ 9,7 milhões, obtido em função de um deságio desnecessário na venda de títulos, pertence não à corretora Boa Safra, mas ao povo de Santa Catarina".

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que, ao pulverizar esse cheque de R\$ 9,7

milhões emitindo outros 54, Fausto Pereira "passou a ser um lavador de dinheiro de origem no mínimo duvidosa".

Já o senador Maldaner observou que ficaria muito mais triste se entre os beneficiários desses cheques houvesse pessoas ligadas ao governo de Santa Catarina. E Geraldo Melo (PSDB-RN) quis saber por que Fausto Pereira utilizou caminhos tão tortuosos nessa operação bancária. "Se eu tivesse alguma dúvida sobre a seriedade dessa operação depositaria esse cheque em minha conta pessoal?", defendeu-se o depoente.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Revelada manobra para desmoralizar atividades

Requião denuncia contrato entre o Banco Votor e a ADS, empresa de assessoria de comunicação, que visava "neutralizar a comissão ou prorrogar suas atividades para não resultar em nada"

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) ocupou ontem a tribuna do Senado para denunciar, com documentos, contrato entre o Banco Votor e a ADS, empresa paulista de assessoria de comunicação. O objetivo do contrato era monitorar e analisar as atividades dos senadores na CPI dos Precatórios e desenvolver, na grande imprensa, campanha favorável aos interesses do Votor.

Requião informou que a CPI aprovou a quebra do sigilo bancário e telefônico dos diretores das empresas envolvidas, e solicitou providências à Mesa: "Trata-se de ameaça à independência dos trabalhos



Requião, na tribuna, solicita providências à Mesa do Senado

desenvolvidos pelo Senado".

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que enviará notícia-crime à Procuradoria Geral da

República e que, "se nesse contrato existem jornalistas credenciados, descredenciados eles serão imediatamente".

O contrato foi enviado ao

presidente da CPI dos Precatórios, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), por Celso Macedo Possas, liquidante do Banco Votor. A ADS requereu ao liquidante o pagamento de R\$ 25.377,32, a título de honorários e despesas por serviços prestados ao Banco Votor, decorrentes de contrato firmado em 6 de dezembro de 1996, três dias após o início dos trabalhos da CPI.

Pelo contrato, a ADS receberia uma "taxa de sucesso" de R\$ 120 mil, "caso nosso trabalho consiga neutralizar a comissão ou prolongar suas atividades para não resultar em nada ou, ainda, inocentar completamente" o Banco Votor.

Senadores apontam interferência ilícita nos trabalhos

A leitura do contrato entre o Banco Votor e a ADS, empresa de assessoria de comunicação, feita da tribuna pelo relator da CPI dos Precatórios, Roberto Requião (PMDB-PR), provocou imediata reação de vários senadores contra a interferência ilícita nos trabalhos do Senado.

Segundo o relator, as críticas desferidas por matérias, notas e editoriais contra ele e outros senadores visavam desacreditá-los pessoalmente e, por extensão, a CPI e o Senado. Nessa operação, conforme assinalou, ele e os senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Wilson Kleinübing (PFL-SC) chegaram a ser dados como "cadáveres políticos".

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) atribuiu a existência do contrato para neutralizar as ações da CPI à impunidade que persiste no Brasil. É por isso que, na sua opinião, vários depoentes têm comparecido à CPI para mentir e ironizar. Para ele, o jornalista

Antônio De Salvo, da ADS, caso comprovado que a assinatura no contrato é mesmo a dele, deveria "dormir na cadeia hoje".

Para o senador Esperidião Amin, foi a insistência da CPI que levou o Banco Votor a ser liquidado pelo Banco Central, "desmentindo na prática o objetivo do contrato". A seu ver, o contrato foi "uma promessa de serviço de pistoleiro, a CPI estava marcada para morrer".

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse estranhar uma série de matérias e notas nos jornais, todas com o objetivo de desencorajar e inibir a ação dos senadores que compõem a CPI dos Precatórios. Pela liderança do PMDB, o senador Jäder Barbalho (PA) afirmou que a expectativa dos peemedebistas em relação à CPI é de que ela obtenha resultados que permitam modificar o panorama atual do sistema finan-

ceiro.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou que o contrato é ilícito sob qualquer análise e pretendia "enlamear e modificar ações que estão sendo desenvolvidas corretamente". No mesmo sentido, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) salientou a oportunidade das decisões tomadas pela CPI dos Precatórios e a dignidade do respeito à lei que a tem marcado.

ACM anuncia envio de notícia-crime

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, deliberou ontem, *ad referendum* do plenário, que a Mesa enviará notícia-crime à Procuradoria Geral da República sobre contrato entre o Banco Votor e a ADS. Ele explicou que seu propósito era o mesmo da Casa, o de "moralizar a sua atuação para ter cada vez mais força diante da opinião pública, e terá".

ACM salientou o mérito da CPI dos Precatórios, pelo "trabalho exaustivo que vem realizando em favor da moralidade pública", e garantiu que a comissão apurará tudo em relação à emissão irregular de títulos públicos nos 30 dias que lhe restam, "mais a necessária prorrogação".

Conforme Antonio Carlos Magalhães, o que for apurado pela CPI será enviado pelo Se-

nado às autoridades processantes, ou seja, além do Ministério Público, para as câmaras de vereadores e assembleias legislativas.

Outro resultado será, a seu ver, a mudança na legislação relativa ao papel do Banco Central no mercado de títulos públicos, pois a CPI "vem provando em abundância o quanto tem sido transigente o Banco Central".

CPI DOS PRECATÓRIOS



Humberto Lucena Lucena: Paraíba não praticou irregularidades

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) refutou ontem informações divulgadas pela imprensa sobre supostas irregularidades na negociação de títulos públicos da Paraíba. "O Paraiban (Banco da Paraíba) esclarece que não houve lançamento de títulos para pagamento de precatórios, e sim, re colocação de Letras Financeiras do Tesouro da Paraíba (LFT-PB), lançadas na década de 80", disse ele.

Lucena salientou que, conforme informações da instituição financeira, os papéis foram negociados através de leilões convocados por editais e publicados na *Gazeta Mercantil*, na *Folha de S. Paulo* e em jornais locais, "com venda final, sem compromisso de recompra".

Segundo o senador, em carta enviada pelo presidente do Banco da Paraíba, Francisco Canindé Antunes Furtado, ao jornalista Sebastião Nery, do *Jornal de Brasília*, a instituição explicou que as negociações foram conduzidas conjuntamente pela Secretaria de Finanças e o Paraiban, sem qualquer custo de intermediação.

- A partir desses esclarecimentos, fica evidente que se trata de um governo austero e voltado para a defesa dos interesses públicos, cujas negociações em nada se assemelham aos casos que estão sendo investigados - acrescentou o senador.

Sarney e Serra vão presidir comissões

Eles foram eleitos respectivamente para Relações Exteriores e Assuntos Econômicos

O senador José Sarney (PMDB-AP) e o senador Romeu Tuma (PFL-SP) foram eleitos, ontem, respectivamente, presidente e vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE). Para a Comissão de Assuntos Econômicos foram escolhidos os senadores José Serra (PSDB-SP), presidente, e Fernando Bezerra (PMDB-RN), vice-presidente. As reuniões foram conduzidas pelos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), que presidiu a CRE, e Francellino Pereira, na presidência da CAE.

O novo presidente da CAE, José Serra, marcou reunião da comissão para hoje, após a ses-

são do Congresso Nacional em homenagem ao presidente da França. Serra previu que os membros da CAE deverão enfrentar dificuldades, "mas vamos inaugurar uma nova etapa de trabalho e, para tanto, precisamos atuar em equipe para o aperfeiçoamento da legislação".

Na reunião de hoje, a CAE deverá apreciar, entre outros assuntos, pedidos de rolagem das dívidas dos estados de São Paulo e de Sergipe. Solicitação nesse sentido foi apresentada pelo líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES), que indicou o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) como relator das matérias.



José Sarney

Endividamento será debatido em seminário, anuncia Patrocínio

Governadores, prefeitos e autoridades dos ministérios da Fazenda, do Planejamento, do Tribunal de Contas da União (TCU) e integrantes da CPI dos Precatórios deverão participar de seminário que será promovido a partir de abril pela Comissão Especial do Senado que examina o endividamento dos estados e municípios. O evento integra a agenda da comissão para 1997, aprovada em reunião realizada ontem, sob a presidência do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

A comissão, instalada em dezembro do ano passado, tem até o dia 30 de junho deste ano para examinar diversas sugestões enviadas

por governadores e prefeitos que se reuniram na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no ano passado para discutir o assunto. Esse prazo poderá ser prorrogado, caso não se chegue a uma conclusão até aquela data, informou Carlos Patrocínio.

O relator da comissão é o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), sendo vice-presidente o senador Geraldo Melo (PSDB-RN). Ela é composta ainda pelos senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), Gilberto Miranda (PFL-AM), Wilson Kleinübing (PFL-SC), Edison Lobão (PFL-MA), Freitas Neto (PFL-PI), Levy Dias (PPB-MS) e Lauro Campos (PT-DF).



Patrocínio

Amorim reclama maior fiscalização de recursos públicos

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) pediu ontem maior fiscalização do Senado na aplicabilidade de recursos públicos. Disse que tem feito várias denúncias sobre malversação de verbas públicas em Rondônia e nenhuma providência foi adotada, embora haja na Casa "inúmeros advogados com alto poder de conhecimento sobre a matéria".

Amorim fez suas as palavras de uma autoridade do governo - cujo nome não citou -, segundo as quais apenas 15 senadores têm poder de influir sobre as questões que dizem respeito ao país. O senador lamentou que, na Casa, "manda o voto de liderança".

Ele reclamou que, ao pedir apoio a alguns senadores para a criação de uma CPI sobre Rondônia, respondeu-lhe que "já há várias atividades e que não se podem apurar mais irregularidades". Na sua opinião, "é preciso que a Casa recupere a sua dignidade". Para tanto, ele lembrou a disposição do atual presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de promover mudanças para o aperfeiçoamento dos trabalhos da Casa.

Ernandes Amorim disse não encontrar apoio para obter recursos que possam melhorar as condições de seu estado. "O BNDES tem recursos de sobra, mas quando se trata de financiar a região amazônica, alega não ter dinheiro e as exigências são triplicadas", afirmou o senador.

Depois de salientar que a rolagem da dívida de Rondônia foi aprovada "sem que ninguém perguntasse qual a sua capacidade de endividamento, ou se os R\$ 160 milhões tinham sido aplicados", o senador cobrou uma prestação de contas daquela operação autorizada pelo Senado.



Amorim

ACM promete empenhar-se para que Brasil conceda ajuda a Cuba

Compromisso foi assumido ontem ao receber visita do ministro das Relações Exteriores daquele país, Roberto Robaina González

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assumiu compromisso de empenhar-se no sentido de que seja concedida, no mais breve prazo possível, ajuda humanitária do Brasil a Cuba. A promessa foi feita ao ministro das Relações Exteriores cubano, Roberto Robaina González, recebido em audiência ontem à tarde.

O auxílio a Cuba será na forma de uma doação de grãos, e visa minorar as dificuldades enfrentadas pelo país, cuja produção agrícola foi duramente afetada pela passagem de furacão em seu território. Este é um dos assuntos que González veio tratar durante sua visita ao Brasil. O governo cubano também tem interesse em fechar acordos nas áreas científica e tecnológica, médica, desportiva e de recursos humanos.

O chanceler trouxe os cumprimentos do presidente do Conselho de Estado da República de Cuba, Fidel Castro, com quem Antonio Carlos já se encontrou três vezes. A primeira foi quando o senador, na época à frente da pasta das Comunicações do governo José Sarney, tornou-se o primeiro ministro de Estado brasileiro a visitar Cuba depois do reatamento de relações diplomáticas entre os dois países, tendo sua visita antecedido até mesmo a do ministro das Relações Exteriores.

Antonio Carlos lembrou ao ministro González que teve a oportunidade de receber Castro em Salvador, por duas vezes: a primeira, durante a realização da reunião de cúpula ibero-americana, que contou com a participação do dirigente cubano. A segunda, quando Castro fez escala em Salvador, retornando da posse de Nelson Mandela na Presidência da África do Sul.



Ministro cubano expôs a ACM dificuldades vividas por seu país



Albano Franco em visita de cortesia ao presidente do Senado



Dirigentes do grupo Matra-Hachette visitam ACM

Empresários franceses em busca de negócios

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem, em audiência, dirigentes do grupo francês Matra-Hachette, liderados por Jean-Luc Lagardère, presidente da corporação.

Os empresários relataram ao presidente do Congresso seu interesse em estreitar as relações comerciais

com o Brasil, sobretudo em áreas como a de satélites, onde acreditam possuir competência técnica e econômica que poderá ser útil ao país.

Ainda na manhã de ontem, Antonio Carlos recebeu visita de cortesia do governador de Sergipe, Albano Franco.



Ney Suassuna

Suassuna prega prioridade à região Nordeste

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que o governo federal precisa dar ao Nordeste a prioridade adequada, destacando que é fundamental criar incentivos a fim de atrair novos capitais para aquela região, com o objetivo de reduzir os desequilíbrios regionais.

— É chegada a hora de reverter esse cenário de marginalização crescente dos nordestinos frente ao resto do país. O governo federal continua a não incluir os estados do Nordeste entre as suas prioridades — disse ele.

Na opinião de Ney Suassuna, o Brasil desmontou seu mecanismo de planejamento estratégico e, nos últimos 15 anos, não houve nenhuma iniciativa nesse sentido e também não se teve notícia de políticas regionais efetivas.

Segundo o senador, é necessário restabelecer os mecanismos de planejamento estratégico para que se produzam políticas públicas diferenciadas. Por isso, sugeriu a criação de um projeto piloto na Paraíba, destinado a reduzir as disparidades de renda. A Paraíba, como salientou, é o estado que aparece em o último lugar no ranking do índice de desenvolvimento humano no Brasil, segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

— O índice está certo. Errados estão os estados do Nordeste. Errado também está o governo federal, que não cria incentivos específicos para a região, mesmo depois de tomar conhecimento de uma situação tão desfavorável quanto essa — frisou.

Valmir destaca importância ambiental da Rio+5

Conferência que terá início amanhã, diz senador, dará continuidade aos esforços da Eco-92, "marco balizador dos ideais ecológicos do mundo moderno" e promotora da Agenda 21

A Conferência Rio+5 foi considerada ontem pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF) uma oportunidade de avaliação dos resultados até agora alcançados na defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável do planeta. O evento será realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 13 e 19 de março, e dá seqüência às ações propostas pela Conferência Eco-92.

Valmir Campelo lembrou que durante a Eco-92, "marco balizador dos ideais ecológicos do mundo moderno", foi elaborada a Agenda 21, "uma lista de prioridades, de procedimentos capazes de sanear o ambiente planetário até o século XXI, sem prejuízo do desenvolvimento". A Conferência



Valmir Campelo

Rio+5, segundo disse, está inserida nesse projeto.

- A América Latina e o Brasil, de modo particular, possuem um papel único e insubstituível para o futuro da humanidade, por força das dimensões geográficas, da história, da cultura e do estágio de desenvolvimento, que ainda permite evitar erros no tratamento à natureza, o que o Velho Mundo ou os

países mais avançados não têm mais condições de fazer - disse o senador

Para Valmir Campelo, a educação ambiental talvez seja "a única alternativa capaz de assegurar qualidade de vida satisfatória à humanidade do futuro". No seu entender, o Brasil precisa repensar a visão de progresso econômico, descobrindo e cultivando novos valores que o tornem "menos predador e menos destrutivo".

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou a importância da realização da Conferência Rio+5 também como forma de reanimar o Rio de Janeiro, "especialmente nesse momento em que a cidade foi desclassificada como sede das Olimpíadas de 2004".

Senado presta homenagem hoje ao bibliotecário

Solenidade em comemoração ao Dia do Bibliotecário será realizada hoje, às 19h, no Auditório Petrônio Portella. A iniciativa é da Biblioteca do Senado, em associação com entidades ligadas à área. As festividades serão iniciadas com uma apresentação do Coral do Senado. Depois, tomará posse a nova diretoria do Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª Região, e o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) falará sobre "A biblioteca e o bibliotecário".

Às 20h, no foyer da Biblioteca do Senado serão lançados a *home-page* do órgão e livros de interesse da biblioteconomia. Segundo Simone Bastos Vieira, diretora da Biblioteca do Senado, a data é fundamental para lembrar a importância do trabalho dos bibliotecários na disseminação de informações.

Fundada em 1826, a biblioteca da Casa conta com acervo de 150 mil volumes e é especializada em Direito e Ciências Políticas. Além de auxiliar os parlamentares no exercício de suas atividades, fica aberta ao público das 8h30 às 12h e das 14h às 18h30.

Coutinho propõe que 20% das vagas partidárias sejam cativas de mulheres

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) defendeu ontem projeto de sua autoria que assegure às mulheres 20% das vagas dos partidos e coligações em todas as eleições que obedecem ao sistema proporcional, ou seja, para a Câmara dos Deputados, as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores.

Depois de argumentar, na justificativa da maté-

ria, que a própria Constituição promove discriminações em favor das mulheres, como é o caso das normas sobre aposentadoria, o senador afirma que "não é impertinente incentivar o aumento da presença feminina no preenchimento das listas de candidaturas partidárias".

Na opinião de Coutinho Jorge, a regulamentação das eleições municipais de 1996, prevendo reserva de



Coutinho Jorge

vagas para as mulheres, foi "uma conquista" que deve ser mantida para os outros pleitos eleitorais.

Ainda é tempo de estimular o trigo, diz Osmar

Brasil já importa 80% do que consome, alerta o senador; para quem a perspectiva de um déficit recorde da balança comercial em março enseja que o governo mude regras sobre produção



Pedro Simon

Simon pede apoio para agricultores

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) reiterou apelo feito pelos vereadores da cidade de Canguçu (RS) aos ministros da Agricultura e Abastecimento, da Fazenda e da Indústria e Comércio, no sentido de que se encontre uma solução para os agricultores que cultivam cebola na região, que se vêem prejudicados com a importação desse produto da Argentina.

Pedro Simon pediu que os senadores apoiem esse apelo, "como forma de salvaguardar a economia do país". Ele informou que, na região, predomina a pequena propriedade, cuja atividade agrícola representa 60% da receita do município.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse ontem que ainda há tempo de o governo anunciar regras para o plantio de trigo no país, de modo a reverter as previsões de redução de 30% na área plantada do produto e, em consequência, diminuir o impacto das importações sobre o déficit da balança comercial. Ele observou que os plantadores do Sul começarão a semear entre o final de março e início de abril, e os da região Centro-Oeste, um pouco mais tarde.

Para o senador, a perspectiva de um déficit recorde da balan-

ça comercial em março, da ordem de R\$ 2,08 bilhões, demonstra que o governo persiste no erro de não dar prioridade à produção nacional. Os dados de 1996 referentes à balança comercial, salientou Osmar, revelam que o déficit de cerca de R\$ 5 bilhões só não atingiu R\$ 15 bilhões por conta do superávit de R\$ 10,3 bilhões gerado pela exportação de produtos agrícolas.

Osmar afirmou que o país já importa 80% do trigo que con-



Osmar: erro estratégico

some, a 300 dólares por tonelada. Os produtores nacionais, alertou, mal conseguiram auferir o preço mínimo de R\$ 157 por tonelada em 1996.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) informou que o governador de seu estado deveria solicitar ao presidente da República a não-importação de arroz. Já Epitácio Cafeteira (PPB-MA) disse que a inflação só está sendo controlada com a valorização do real.

Eduardo Suplicy requer exoneração de representante do Brasil junto à FAO

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento à Mesa do Senado para que solicite a exoneração do diplomata Júlio César Gomes dos Santos, recentemente nomeado, por decreto, para o cargo de representante permanente do Brasil junto à FAO.

Em requerimento anterior, Suplicy havia pedido que o nome do representante junto à FAO fosse submetido à aprovação prévia



Eduardo Suplicy

do Senado, por se tratar de chefia de missão diplomática permanente. Em resposta a sua solicitação, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, lembrou a Suplicy que a repre-

sentação permanente junto à FAO havia sido extinta, em 1990, por lei que transferiu, à Embaixada do Brasil na Itália, as funções então desempenhadas por aquela representação.

De acordo com essas explica-

ções, "o presidente removeu, *ex officio*, da Secretaria de Estado (Itamaraty) para a Embaixada em Roma, o diplomata Júlio César Gomes dos Santos, para exercer, naquela Embaixada, as atribuições que eram desempenhadas pela representação extinta".

Para Suplicy, a nomeação do diplomata foi indevida, pois não é possível "nomear um representante permanente para uma representação permanente extinta". Diante dessa situação, o senador pediu a republicação do referido decreto para "a imediata correção do inescusável erro".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, JÚNIA MARISE, GERALDO MELO, RENAN CALHEIROS E NEY SUASSUNA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - **Brasília - DF**

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Flos

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.